Número 30

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ipea 45 anos
Por um Brasil desenvolvido

Comunicado da Presidência

PNAD 2008: Primeiras Análises

- Desigualdade de renda

- Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade

- Condições de vida: qualidade dos domicílios e acesso a bens

24 de setembro de 2009

Apresentação

O Comunicado da Presidência nº 30 dá início a uma série de análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada sobre a PNAD 2008 e aborda os temas da desigualdade, pobreza e qualidade dos domicílios e acesso a bens. Analisando os dados de 2008 da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um grupo de técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea mostra que, em 2008, houve uma queda da pobreza e uma diminuição da desigualdade de renda dos domicílios brasileiros. No que se refere às condições de vida da população, houve também um crescimento dos domicílios com acesso a bens duráveis e serviços públicos, resultando em um aumento nos domicílios caracterizados como de boa qualidade.

Para isso, o presente Comunicado encontra-se constituído por três partes, sendo:

- Seção 1: mostra a evolução do nível e da desigualdade de renda dos domicílios e decompõe os fatores que mais contribuíram para a evolução da desigualdade.
- Seção 2: mostra a evolução da pobreza e da desigualdade de renda e analisa os fatores que mais contribuíram para a evolução da pobreza.
- Seção 3. mostra a evolução da qualidade dos domicílios, caracterizada pelo acesso a bens e serviços públicos relativos à moradia.

O Comunicado é o primeiro de uma série de cinco volumes sobre os estudos da PNAD. As próximas publicações tratarão sobre mercado de trabalho, previdência e mudança social; demografia, gênero, migração e desenvolvimento agrário; educação, juventude e raça; habitação e saneamento.

1 - Desigualdade de Renda

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios mais uma vez trouxe boas notícias no que se refere à distribuição de renda no país. Apesar de o Brasil continuar um dos países mais desiguais do planeta, é claro que há uma tendência de queda continuada desde 1999 ou 2001. Melhor que isto, de 2007 a 2008 houve crescimento na renda de todos os centésimos, revertendo a queda registrada na renda dos cinco por cento mais pobres de 2006 a 2007. Uma decomposição fatorial do Coeficiente de Gini aponta para a desconcentração da renda do trabalho como responsável pela maior parte deste movimento, embora as transferências públicas – aposentadorias, pensões, o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família – continuem aportando uma forte contribuição.

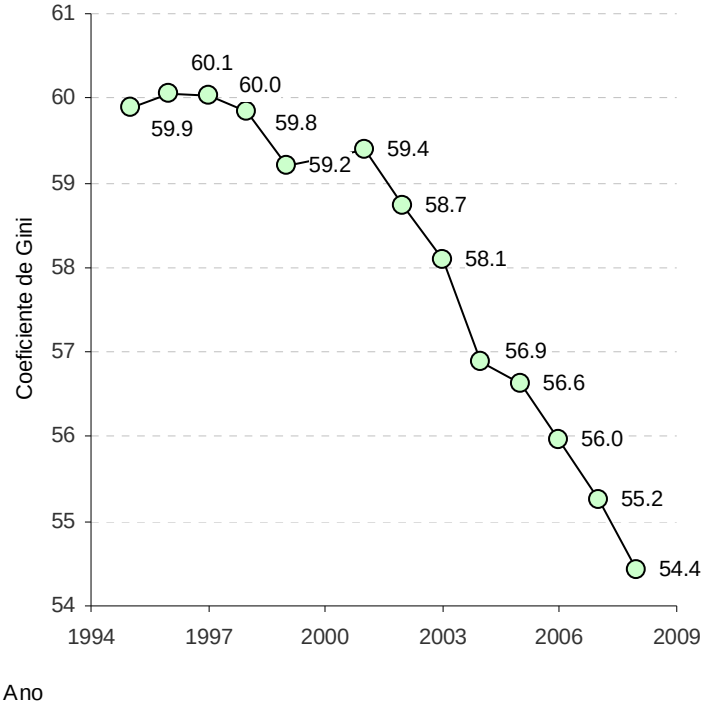
Evolução do Coeficiente de Gini

Conforme mostra o Gráfico 1, o Coeficiente de Gini da Renda Domiciliar per Capita continuou sua trajetória de queda rumo a uma sociedade mais justa. O ritmo de queda

Participam da elaboração deste Comunicado da Presidência nº 30 os pesquisadores Sergei Soares, Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco, Andrezza Rosalém, Rafael Guerreiro Ozório e Pedro Ferreira de Souza.

também se mantém, e a redução de 0,82 pontos (x100) de Gini entre setembro de 2007 e setembro de 2008 é um pouco superior à redução média desde 2001, de 0,7 pontos (x100).

Gráfico 1
Coeficiente de Gini entre 1995 e 2008 (Renda Domiciliar *per capita*)



Nota: Sem área rural da região Norte. O IBGE começou a amostrar a área rural da região Norte (salvo Tocantins) apenas em 2004. Logo, para fins de comparabilidade, esta área foi omitida também para os anos posteriores a 2004. Na prática, não faz muita diferença.

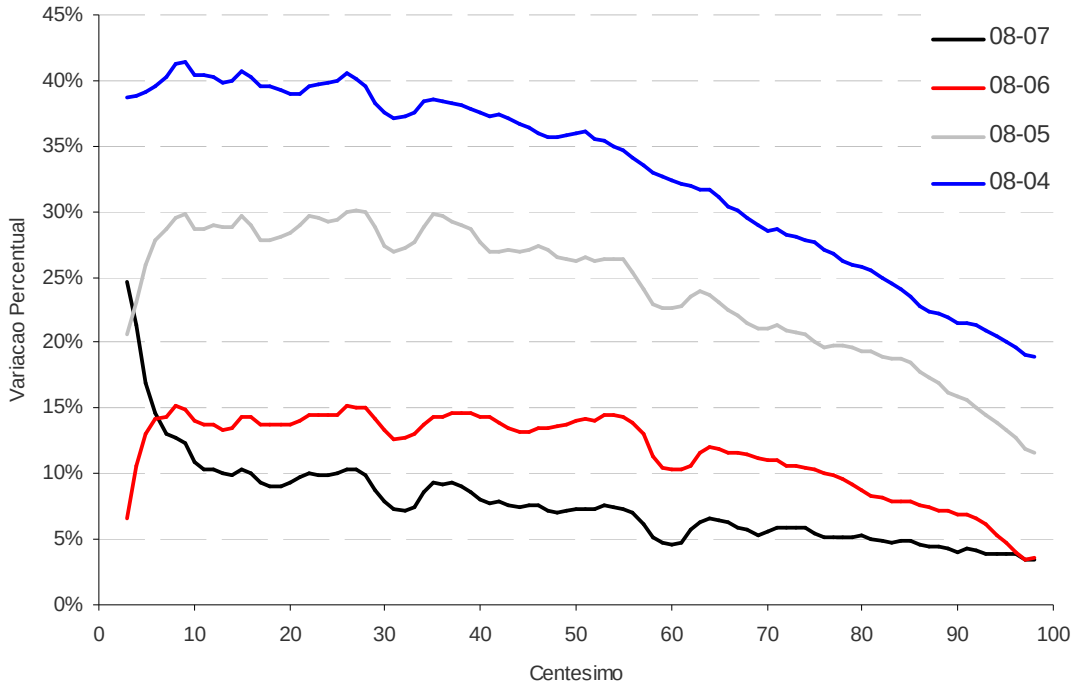
Apesar dessa queda na desigualdade, um Coeficiente de Gini de 54,4 ainda deixa o Brasil na metade mais desigual da região mais desigual do mundo. Falta muito até chegarmos a uma distribuição de renda civilizada, mas é, mais uma vez, meritório de comemoração que após décadas de más notícias sobre a desigualdade, continuamos no caminho certo.

Crescimento por Centésimos

Além de observarmos uma queda na desigualdade, houve crescimento robusto da renda domiciliar *per capita*, que cresceu 5,1% de 2007 para 2008, passando de R$ 563 para R$ 591. Ademais, houve crescimento ao longo de toda a distribuição de renda. O Gráfico 2 mostra o crescimento da renda, centésimo a centésimo, em 2008 com relação aos quatro anos entre 2004 e 2007[1]. A curva preta mostra a taxa de crescimento entre 2007 e 2008. Além de haver crescimento para todos os centésimos, este crescimento foi maior para os centésimos mais pobres, cuja renda cresceu entre 10% e 24%, que para os centésimos mais ricos, cuja renda cresceu menos que 4%. Trata-se do melhor dos mundos: a renda sobe para todos, mas sobe mais para os que menos têm.

[1] A escolha dos anos entre 2004 e 2007 se deve ao fato da área rural da Região Norte ser amostrada na Pnad apenas de 2004 em diante.

Gráfico 2
Taxa de Crescimento da Renda por Centésimo entre 2008 e 2004, 2005, 2006, e 2007



Nota: Com área rural da região Norte.
Nota: Os centésimos são de fato, uma média móvel de cinco centésimos para clarificar a apresentação gráfica.

Um olhar de médio prazo é igualmente auspicioso. A curva azul mostra que de 2004 a 2008 o ganho de renda dos centésimos superiores foi em torno de 20%. Nada desprezível, mas bem inferior aos 40% para os dois décimos inferiores na distribuição de renda.

Decomposição Fatorial por Fontes de Renda

Uma das vantagens do Coeficiente de Gini é que esta medida de desigualdade se presta a decomposições por fonte de renda. Embora os rendimentos do trabalho sejam preponderantes na renda total, esta é composta também por benefícios previdenciários, benefícios assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família, e rendimentos do capital, embora estes sejam mal-medidos pela PNAD.

É possível atribuir à evolução de cada fonte de renda uma parcela do crédito da redução da desigualdade. Isto é possível porque o Coeficiente de Gini é a soma ponderada de uma medida de progressividade de renda, chamada Coeficientes de Concentração, de cada componente da renda.[2]

---

[2] Matematicamente, a expressão é: $G = \sum_k c_k \varphi_k$ onde G representa o Coeficiente de Gini, c_k o Coeficiente de Concentração da renda k e φ_k o peso da renda k na renda total. Para maiores detalhes, ver: Soares, Sergei. *Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004*. Brasília: Ipea, 2006. Texto para discussão no. 1166.

Todo Coeficiente de Concentração varia entre -1 e +1 (ou -100% e +100%). Quanto mais próximo de -1, mais progressiva (pró-pobre) é o tipo de renda cujo Coeficiente de Concentração está sendo calculada; quanto mais próximo de +1, mas regressiva (pró-rico).

O Coeficiente de Concentração da renda total é justamente o Coeficiente de Gini. Qualquer redução do Coeficiente de Gini ocorre por uma de duas razões: uma ou mais rendas se tornou mais progressiva ou houve uma queda na participação na renda total de uma renda mais concentrada com conseqüente aumento de uma renda menos concentrada.

Dividimos a Renda Domiciliar *per capita* (renda total) nas seguintes rendas:

i) Renda do trabalho diferente de um salário mínimo;

ii) Renda do trabalho igual a um salário mínimo;

iii) Renda das aposentadorias e pensões diferente de um salário mínimo;

iv) Renda das aposentadorias e pensões igual a um salário mínimo;

v) Renda do capital;

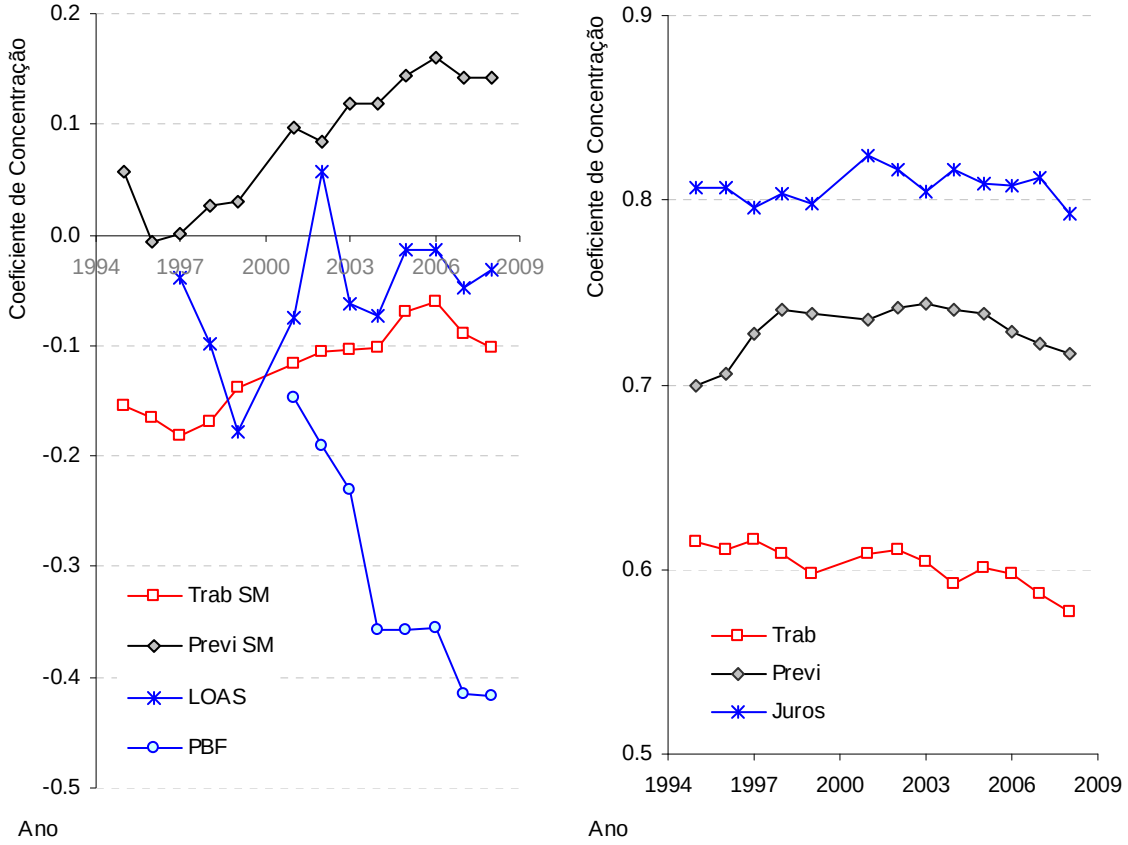
vi) Renda do Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (de 1997 em diante);

vii) Renda do Programa Bolsa Família e, antes dele, do Bolsa Família Federal, Bolsa Alimentação, PETI e Auxilio Gás (de 2001 em diante);

viii) Outras rendas.

Estas rendas não correspondem às perguntas de renda feitas no questionário da PNAD e foram necessários diversos tratamentos estatísticos para transformar estas perguntas de renda nas categorias acima. Estes tratamentos são necessariamente imperfeitos e, em alguns casos, nossas estimativas não correspondem muito bem aos dados administrativos.

Gráfico 3
Coeficientes de Concentração entre 1995 e 2008
Painel 1 – Rendas Progressivas Painel 2 – Rendas Regressivas

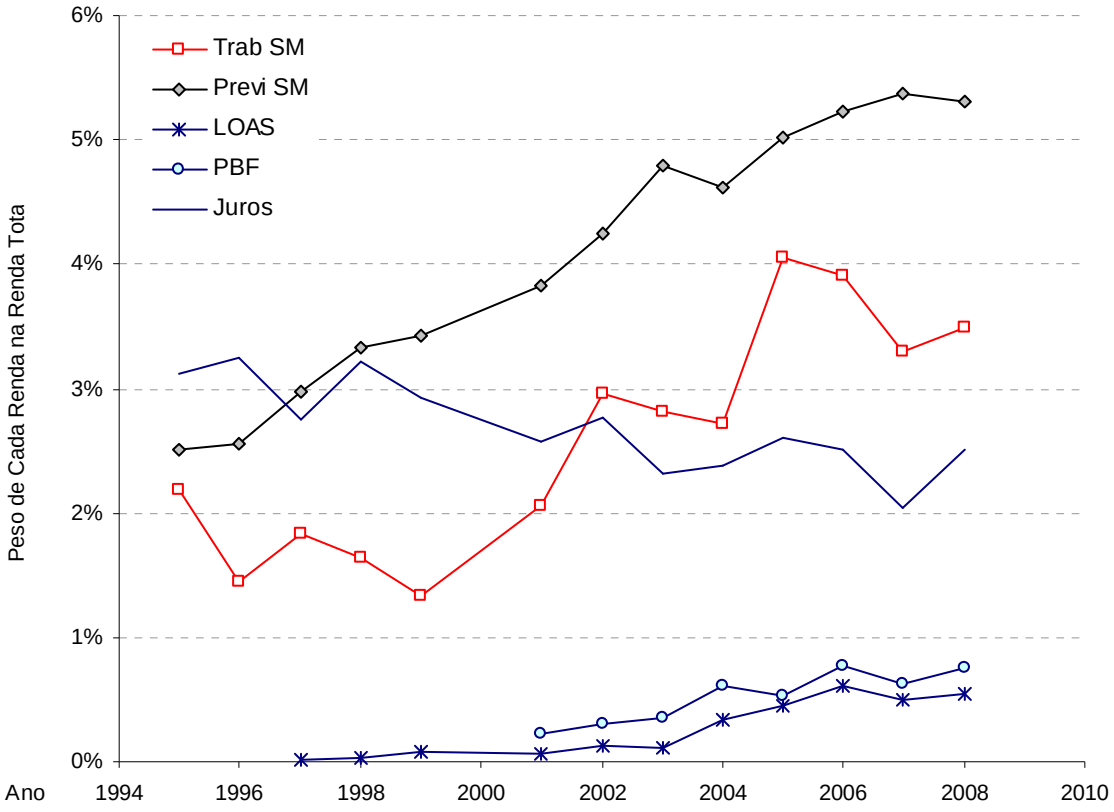


Nota: Sem área rural da região Norte.

O Gráfico 3 mostra quão díspares são os Coeficientes de Concentração das diferentes rendas no Brasil. Variam de – 0,416 para o Programa Bolsa Família, até + 0,792 para a renda do capital (juros, dividendos e aluguéis). A variação é tão alta que optamos por representar sua variação em dois painéis: o painel 1 mostra a evolução das rendas progressivas (cujo Coeficiente de Concentração é inferior ao Coeficiente de Gini) e o painel dois a evolução das rendas regressivas (cujo Coeficiente de Concentração é superior ao Coeficiente de Gini).

Fora o caso da renda do trabalho, cujo Coeficiente de Concentração caiu e foi importante na redução da desigualdade, a mudança nos Coeficientes de Concentração oferece pouca explicação. A concentração da previdência não indexada ao mínimo aumentou. Não houve mudança na concentração dos rendimentos do capital e as rendas do trabalho igual a um salário mínimo e da previdência indexada igualmente ao mínimo se tornaram mais concentradas, salvo nos últimos dois anos. A renda do Bolsa Família aparentemente ficou menos concentrada.

Gráfico 4
Coeficientes de Concentração entre 1995 e 2008



Nota: Sem área rural da região Norte.

A explicação deve estar então nos pesos das diferentes rendas. O Gráfico 4 mostra que esta intuição parece estar correta. A participação das rendas mais progressivas, o BPC-LOAS e, principalmente, o Bolsa Família, aumentou de zero para algo próximo de 1%. A participação da renda do trabalho igual a um salário mínimo aumentou de 2% para quase 4%, e a participação das aposentadorias de pensões indexadas ao mínimo foi de menos que 3% para mais que 5%. As fatias destas rendas todas no bolo distributivo aumentaram de menos que 5% em 1999 para mais que 10% em 2008.

Este aumento ocorreu à custa da renda do capital, que caiu um ponto percentual, e da renda do trabalho não igual a um salário mínimo, que perdeu 4 pontos percentuais de 1999 a 2008.

É possível associar, com exatidão, a cada fonte de renda uma parte da responsabilidade por uma queda ou aumento no Coeficiente de Gini geral. A Tabela 1 contém os resultados para todos os anos desde 2001, quando começou a queda da desigualdade. Números negativos são quando o efeito de uma fonte em particular é contrário à tendência geral de redução da desigualdade.

Tabela 1
Decomposição Fatorial da Queda da Desigualdade

	Trabalho <> SM	Trabalho = SM	Previdência <> SM	Previdência = SM	BPC-LOAS	Bolsa Família	Capital	Outras
01-02	-28%	89%	-9%	37%	4%	12%	-4%	-1%
02-03	84%	-17%	-19%	19%	0%	9%	21%	2%
03-04	79%	-6%	5%	-8%	13%	24%	-4%	-4%
04-05	-201%	267%	24%	20%	16%	10%	-12%	12%
05-06	34%	-21%	36%	0%	15%		4%	-4%
06-07	103%	-38%	18%	22%	-6%	**0%**	15%	-1%
07-08	**75%**	**16%**	**6%**	**-3%**	**2%**		**-7%**	**-1%**
Total	**47%**	**19%**	**7%**	**9%**	**6%**	**12%**	**2%**	**-1%**

Nota: O método de identificação usado para a renda do Bolsa Família gera resultados enviesados quando há comparação de anos com suplemento (2004 e 2006) e anos sem o suplemento.

A Tabela mostra claramente que a renda do trabalho foi o maior determinante da queda na desigualdade. De 2007 para 2008, o comportamento da renda do trabalho não igual a um salário mínimo foi responsável por 75% da queda na desigualdade. O aumento do valor do salário mínimo contribuiu com 16% via mercado de trabalho. O BPC-LOAS entrou com 2%, e o Bolsa Família contribuiu pouco, uma vez que entre 2007 e 2008 não houve ampliação de número de beneficiários, que está ocorrendo agora.

Um olhar de médio prazo mostra que, de 2001 para 2008, o mercado de trabalho ainda foi a força mais importante moldando a distribuição de renda, responsável por 65% da queda da desigualdade. As transferências governamentais também foram fundamentais: sem as mudanças nestas fontes de renda, a queda na desigualdade teria sido 34% menor. É interessante que se tomamos as transferências governamentais como um todo (previdência, PBC-LOAS e Bolsa Família), as mesmas foram em 1999 levemente regressivas, com um Coeficiente de Concentração 0,7 pontos (x100) superior ao Coeficiente de Gini para serem em 2008 claramente progressivas, com um Coeficiente de Concentração 3,6 pontos (x100) superior ao Gini daquele ano.

Conclusão

Em conclusão, as notícias distributivas são extremamente positivas, mas apontam para a necessidade de aprofundar as políticas públicas para a melhoria da distribuição de renda. O Coeficiente de Gini continua caindo, mas ainda falta muito para nossa distribuição de renda chegar a patamares civilizados. Houve aumento na renda do todos os centésimos, mas a renda média mensal do vigésimo mais pobre da população ainda é de meros R$ 32,72 *per capita*.

As transferências governamentais foram responsáveis por um terço da redução na desigualdade e ainda é possível aumentar sua progressividade para que continuem agindo para gerar uma sociedade mais justa e não mais para reproduzir desigualdades, que é o que ocorreu nas cinco décadas antes do final dos anos noventa.

O mercado de trabalho é responsável por 75% da renda das famílias conforme medida pela PNAD, então não surpreende que o que ocorre com os rendimentos do trabalho é de fundamental importância para a renda domiciliar *per capita*. O salário mínimo parece ter um papel importante na redução da desigualdade nos rendimentos do trabalho, mas certamente mais estudo sobre este tema é necessário. No entanto, a redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho diferentes de um salário mínimo foi responsável

por nada menos que 45% de toda a queda do Coeficiente de Gini de 2001 até 2008. Compreender a dinâmica por trás deste fenômeno é fundamental para compreender a redução na desigualdade e apontar políticas para que a mesma se mantenha.

2 – Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade

Introdução

Até o final do século vinte, o Brasil se caracterizou como um país com elevada desigualdade de renda, sem nenhuma tendência à queda. Essa crônica inabilidade em combater a desigualdade não impediu que a pobreza fosse reduzida de forma significativa, tal como ocorreu na década de setenta ou durante o Plano Real, para citar apenas dois episódios. Na ausência de reduções na desigualdade, a pobreza cai devido exclusivamente ao crescimento econômico e, por este motivo, cai sempre menos do que se poderia esperar de episódios que combinam crescimento com redução na desigualdade.

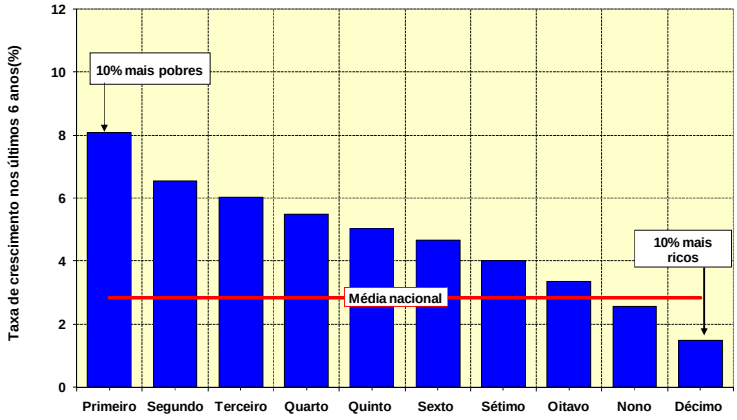
Desde o início do novo milênio, o cenário se alterou. A despeito de flutuações na taxa de crescimento do país, o grau de desigualdade de renda declinou de forma acelerada e sistemática. Desde 2003, a pobreza também vem sendo reduzida significativamente. Dessa vez, entretanto, a redução na desigualdade é responsável por ao menos metade da queda na pobreza, o que significa que sem a redução na desigualdade, metade da acentuada queda na pobreza não teria ocorrido.

Para além da acelerada redução na desigualdade de renda e consequente redução no grau de pobreza entendida como insuficiência de renda, nesta última década, estamos assistindo no Brasil a uma excepcional expansão do acesso da população a uma ampla variedade de oportunidades. Fenômeno esse particularmente mais acentuado entre os grupos mais vulneráveis. Portanto, não é só a desigualdade de renda que vem melhorando, mas também a desigualdade em diversos tipos de oportunidades!

A contínua e acentuada melhora na distribuição de renda brasileira

O progresso brasileiro em distribuição de renda alcançado entre 2001 e 2008 é inegável. A renda *per capita* de todos os décimos cresceu e entre os mais pobres, o crescimento foi mais acelerado (veja gráfico 1). Como consequência, houve redução na desigualdade de renda e na pobreza.

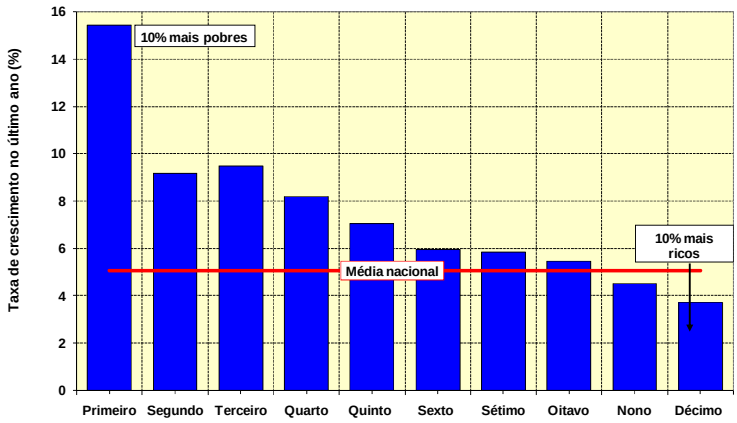
Gráfico 1: Taxa de crescimento médio da renda domiciliar per capita por decimos da distribuição nos últimos 6 anos: Brasil, 2001 a 2008



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2008.

Em 2008, as mudanças foram ainda mais intensas e equalizantes (veja gráfico 2). De fato, no período 2001-08, enquanto a renda familiar *per capita* da população como um todo cresceu 2,8% ao ano, entre os 10% mais pobres cresceu quase três vezes mais rápido (8,1% ao ano) e entre os 10% mais ricos cresceu à metade (1,4% ao ano). A taxa de crescimento da renda dos 10% mais pobres foi mais de cinco vezes a dos 10% mais ricos.

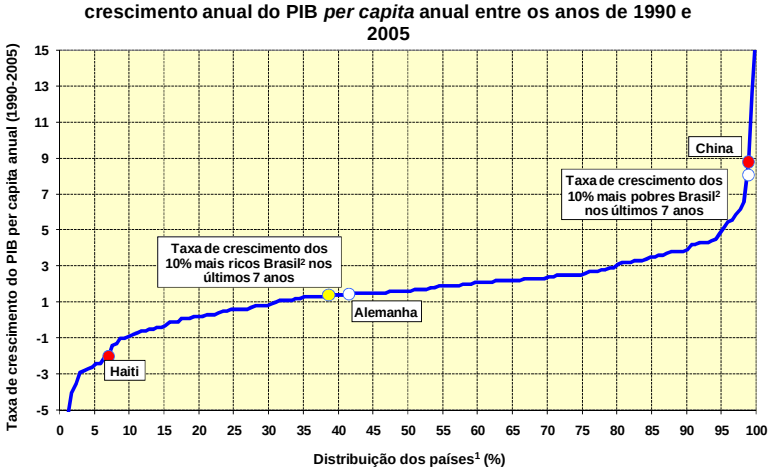
Gráfico 2: Taxa de crescimento médio da renda domiciliar per capita por décimos da distribuição no último ano: Brasil, 2007 a 2008



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007a 2008.

Com vistas a ilustrar o crescimento diferenciado na renda *per capita* experimentado pelos diversos décimos da distribuição de renda brasileira, comparamos as respectivas taxas de crescimento com o progresso ocorrido entre 1990-2005 dos países do mundo em termos de PIB *per capita*. O gráfico 3 revela que, enquanto a renda *per capita* dos 10% mais pobres no Brasil cresceu a um ritmo chinês, a dos 10% mais ricos cresceu de forma lenta, comparável mais a um ritmo alemão. A diferença entre a taxa de crescimento dos 10% mais pobres e a dos 10% mais ricos é tão elevada que cerca de 60% dos países do mundo cresceram a taxas entre esses dois níveis.

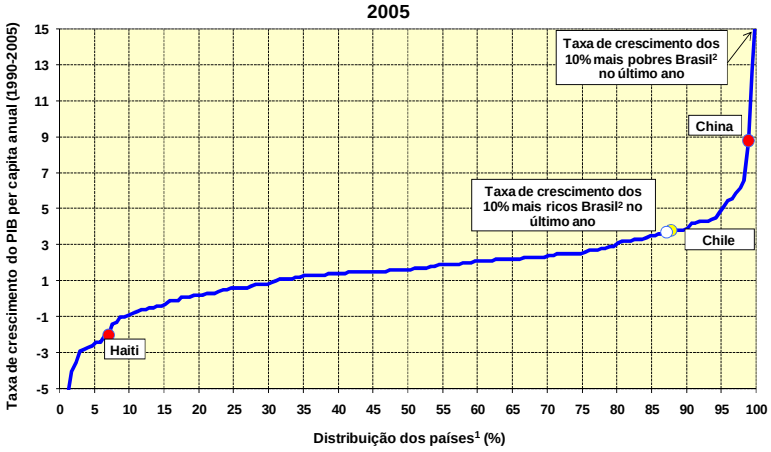
Gráfico 3: Distribuição dos países no mundo segundo a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* anual entre os anos de 1990 e 2005



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2007-2008) PNUD.
Nota: 1. Estão sendo considerados 171 países para os quais existem a informação.
2. Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2008

No último ano, o progresso foi igualmente equalizador e bem mais acelerado. De fato, a taxa de crescimento na renda dos mais pobres foi mais elevada que a de todos os países do mundo no período. Simultaneamente, a taxa de crescimento na renda dos 10% mais ricos, embora menor que a de todos os demais décimos, foi similar ao crescimento no PIB chileno e superior ao que se observou em 85% dos países do mundo (veja gráfico 4).

Gráfico 4: Distribuição dos países no mundo segundo a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* anual entre os anos de 1990 e 2005



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2007-2008) PNUD.
Nota: 1. Estão sendo considerados 171 países para os quais existem a informação.
2. Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 20017e 2008

Em decorrência do crescimento "em nível chinês" na renda *per capita* dos mais pobres, o país foi capaz de reduzir a pobreza e, em particular, a extrema pobreza de forma espetacular. Em 2008, a extrema pobreza foi reduzida à metade de seu valor em 2003, portanto, fizemos em cinco anos o que o Primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelece que seja feito em 25 anos (veja tabela 1). Progresso similar vem ocorrendo quando a extrema pobreza é dimensionada por medidas mais sensíveis à renda dos mais pobres, tal como o hiato de pobreza ou a severidade da pobreza.

Tabela 1: Evolução da pobreza e extrema pobreza: Brasil, 2003 e 2008

(%)

Indicadores	2003	2008	Pobreza em 25 anos como porcentagem do nível atual se a velocidade do período fosse mantida	Velocidade do progresso
Pobreza				
Porcentagem de pobres	39,4	25,3	0,11	Extremamente acelerado
Hiato de pobreza	18,2	10,4	0,06	Extremamente acelerado
Severidade da pobreza	11,1	6,0	0,05	Extremamente acelerado
Extrema Pobreza				
Porcentagem de extremamente pobres	17,5	8,8	0,03	Extremamente acelerado
Hiato de extrema pobreza	7,3	3,7	0,04	Extremamente acelerado
Severidade da extrema pobreza	4,4	2,4	0,05	Extremamente acelerado

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003 e 2008.

Nota 1: O hiato de pobreza e a severidade da pobreza estão expressos em múltiplos da linha de pobreza.

Nota 2:. Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R$ 187.50 e para extrema pobreza de R$ 93.75.

Embora a velocidade de redução na pobreza seja um pouco mais lenta, em 2008, ela já era 1/3 de seu valor em 2003. Assim, se mantida a velocidade atual, em 8 anos chegamos à metade do valor de 2003 e, portanto, um progresso 3 vezes mais rápido que o preconizado pelo Primeiro ODM (veja tabela 1).

Vale notar que ao longo de 2008, graças ao crescimento e à queda na desigualdade, tanto a pobreza como a extrema pobreza declinaram ainda mais do que a tendência do último quinquênio (veja tabela 2).

Tabela 2: Evolução da pobreza e extrema pobreza: Brasil, 2007 e 2008

(%)

Indicadores	2007	2008	Pobreza em 25 anos como porcentagem do nível atual se a velocidade do último ano fosse mantida	Velocidade do progresso
Pobreza				
Porcentagem de pobres	28,1	25,3	0,07	Extremamente acelerado
Hiato de pobreza	11,9	10,4	0,03	Extremamente acelerado
Severidade da pobreza	7,1	6,0	0,02	Extremamente acelerado
Extrema Pobreza				
Porcentagem de extremamente pobres	10,3	8,8	0,02	Extremamente acelerado
Hiato de extrema pobreza	4,5	3,7	0,01	Extremamente acelerado
Severidade da extrema pobreza	3,0	2,4	0,01	Extremamente acelerado

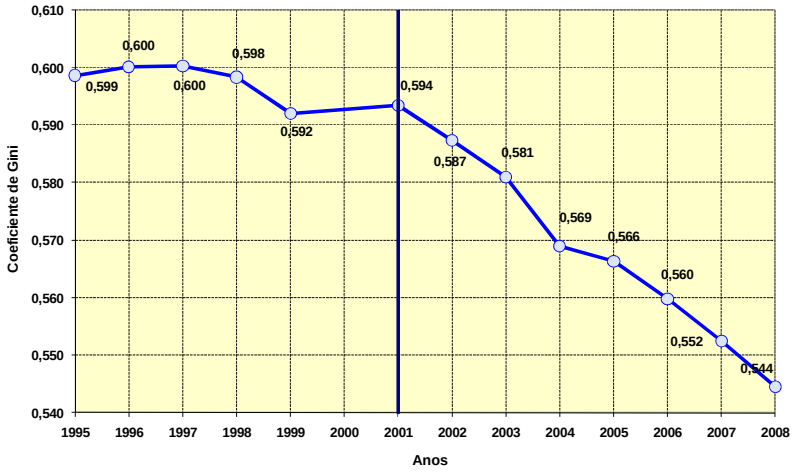
Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007 e 2008.

Nota 1: O hiato de pobreza e a severidade da pobreza estão expressos em múltiplos da linha de pobreza.

Nota 2:. Estão sendo utilizadas as linhas de pobreza regionalizadas considerando a média nacional para a pobreza de R$ 187.50 e para extrema pobreza de R$ 93.75.

Quando a taxa de crescimento da renda dos mais pobres é mais alta que a dos mais ricos, há redução no grau de desigualdade. Desde 2001, o grau de desigualdade de renda brasileiro vem declinando sem precedentes. A média das diferenças de renda entre brasileiros expressa como fração da renda média total é uma medida de desigualdade conhecida como coeficiente de Gini. Esse indicador declinou de 0,59 para 0,54 (veja gráfico 5), o que equivale a dizer que a diferença de renda entre brasileiros se reduziu de R$ 350 para R$ 320 por mês, uma queda de 8% em 7 anos.

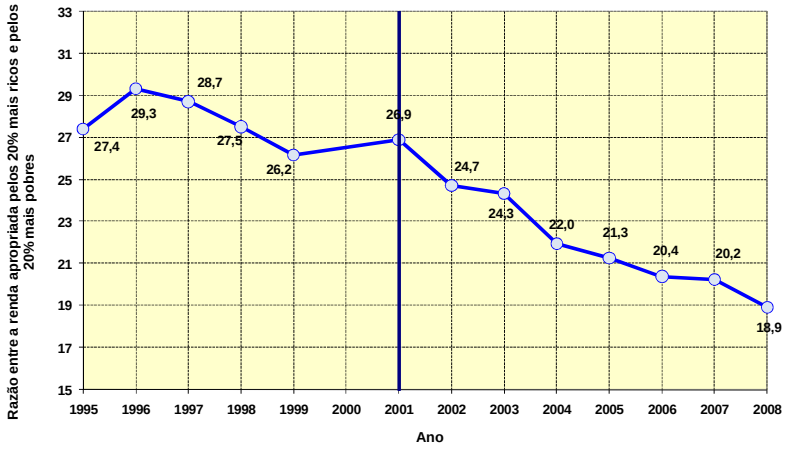
Gráfico 5: Evolução da desigualdade na renda domiciliar *per capita* segundo o coeficiente de Gini: Brasil, 1995 a 2008



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 a 2008.

Uma forma alternativa de visualizar a queda na desigualdade é observar o crescimento acumulado na renda dos 20% mais pobres *vis a vis* o dos 20% mais ricos. Os 20% mais pobres tiveram crescimento na renda *per capita* 47 pontos percentuais mais acelerado. Assim, enquanto em 2001, a renda média dos 20% mais ricos era 27 vezes a dos 20% mais pobres, em 2008 passou a ser 19 vezes, uma redução de 30% na desigualdade em 7 anos (veja gráfico 6).

Gráfico 6: Evolução da desigualdade na renda domiciliar *per capita* segundo a razão da renda dos 20% mais ricos e 20% mais pobres: Brasil, 1995 a 2008



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 a 2008.

Apesar da estrondosa melhora, o nível de desigualdade brasileiro continua muito elevado. Enquanto os 40% mais pobres vivem com 10% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 40%. Embora a situação há uma década atrás fosse certamente pior, ainda hoje, a renda apropriada pelo 1% mais rico é igual à dos 45% mais pobres. O que um brasileiro pertencente ao 1% mais rico (isto é, que vive em uma família com renda *per capita* acima de R$ 4.400 por mês) pode gastar em três dias equivale ao que um brasileiro nos 10% mais pobres levaria um ano para gastar.

Em função da elevada desigualdade que ainda prevalece, a pobreza e, em particular, a extrema pobreza ainda estão muito acima do que se poderia esperar de um país com a nossa renda *per capita*. Se 1/3 da renda nacional fosse perfeitamente distribuída, seria possível garantir a todas as famílias brasileiras a satisfação de todas as suas necessidades mais básicas. Contudo, quase 50 milhões de pessoas ainda vivem em famílias com renda abaixo desse nível (R$ 190/mês). A insuficiência de renda dos mais pobres, isto é, o volume de recursos necessários para que todas as famílias pobres superem a linha de pobreza, representa apenas 3% da renda nacional ou menos de 5% da renda dos 25% mais ricos. Para aliviar a extrema pobreza seria necessário contar apenas com 1% da renda dos 25% mais ricos do país.

Expansão das oportunidades com declínio da desigualdade

O progresso social foi muito mais amplo do que o ocorrido apenas com a distribuição de renda e inclui avanços expressivos no acesso a diversas oportunidades básicas. Nesta seção final, se avalia o progresso com relação a um amplo leque de oportunidades. Documentamos não apenas a velocidade de melhora, mas também demonstramos que, na maioria dos casos, houve também substancial redução no grau de desigualdade.

Em termos da difusão do acesso, a tabela 6 revela que em todas as dimensões analisadas, exceto com relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho e à maternidade precoce, houve progresso expressivo na última década e meia. Em linha com os Objetivos do Milênio, comparamos a velocidade observada de melhora com o que precisaria ocorrer para se reduzir as carências à metade ou a 1/3 do valor inicial em 25 anos. As dimensões cujo progresso permitiria reduzir as carências a menos de 1/3 do valor inicial em 25 anos foram classificadas como “de progresso extremamente acelerado”. Já as que melhoraram a uma velocidade suficiente para reduzir as carências a valores entre ½ e 1/3 da situação inicial em 25 anos foram classificadas como “de progresso acelerado”. Por fim, aquelas com melhora positiva, porém incapaz de reduzir as carências a menos da metade em 25 anos, foram classificadas simplesmente como “com progresso”.

Tabela 3: Evolução de outras dimensões da pobreza entre crianças e jovens de 0 a 17 anos - Brasil, 1992 e 2008

(%)

Indicadores	Pobreza (Probabilidade média)				Desigualdade (Índice de dissimilaridade)			
	1992	2008	Indicador como porcentagem de seu nível atual mantida a velocidade do período	Velocidade do progresso	1992	2008	Indicador como porcentagem de seu nível atual mantida a velocidade do período	Velocidade do progresso
Acesso a serviços habitacionais básicos								
Porcentagem de crianças de 0 a 5 anos que vivem em domicílios sem acesso adequado à agua	39	22	0,39	Acelerado	24	13	0,39	Acelerado
Porcentagem de crianças de 0 a 5 anos que vivem em domicílios sem acesso adequado a saneamento	53	34	0,50	Significativo	30	17	0,42	Acelerado
Acesso à informação								
Porcentagem de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos que vivem em domicílios sem televisão e telefone	85	19	0,10	Extremamente acelerado	55	10	0,07	Extremamente acelerado
Acesso à educação								
Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos que não freqüentam a escola	45	12	0,12	Extremamente acelerado	14	4	0,12	Extremamente acelerado
Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos que não freqüentam a escola	12	2	0,05	Extremamente acelerado	5	0	0,02	Extremamente acelerado
Porcentagem de adolescentes de 15 a 17 anos que não freqüentam a escola	37	15	0,23	Extremamente acelerado	13	4	0,16	Extremamente acelerado
Progresso e conclusão educacional								
Porcentagem de crianças de 11 anos que não completaram a 4ª série	69	47	0,55	Significativo	32	13	0,24	Extremamente acelerado
Porcentagem de adolescentes de 15 anos que não completaram o ensino fundamental	85	57	0,54	Significativo	43	20	0,30	Extremamente acelerado
Porcentagem de jovens de 18 anos que não completaram o ensino médio	93	75	0,71	Lento	53	29	0,39	Acelerado
Trabalho precoce e desemprego juvenil								
Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos trabalhando	19	7	0,20	Extremamente acelerado	8	2	0,17	Extremamente acelerado
Porcentagem de adolescentes de 15 a 17 anos que buscam trabalho e permanecem desempregados	17	23	1,70	Retrocesso	4	6	1,76	Retrocesso
Vulnerabilidade entre mulheres e jovens								
Porcentagem de meninas de 15 a 17 anos que são cônjugues em alguma família	4	4	0,86	Lento	3	3	0,85	Lento
Porcentagem de meninas de 15 a 17 anos que já são mães	5	5	1,17	Retrocesso	2	2	1,00	Lento
Mortalidade								
Taxa de mortalidade dos filhos nascidos vivos entre mulheres de 15 a 44 anos (em mil)	74	37	0,35	Acelerado	17	7	0,26	Extremamente acelerado

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992 e 2008.

Dos 14 indicadores analisados, cinco deles (36%) tiveram progresso extremamente acelerado. Encontram-se nesse grupo: o acesso à escola, o acesso à informação e a redução no trabalho precoce. Além disso, três (27%) dos indicadores analisados tiveram progresso acelerado, mas não extremamente acelerado, aí incluídos: o acesso à água, o acesso a saneamento e a mortalidade precoce. Portanto, oito (63%) dos indicadores tiveram progresso acelerado. Em apenas duas dimensões (desemprego juvenil e gravidez precoce) ocorreram retrocessos. O progresso foi relativamente lento em termos de conclusão e progressão no ensino fundamental e muito lento (redução a uma velocidade inferior a 2/3 da situação original em 25 anos) na taxa de conclusão do ensino médio e nupcialidade precoce.

Tal como ocorreu com o crescimento na renda, a expansão das oportunidades também foi mais expressiva nos grupos mais vulneráveis, o que veio a reduzir significativamente o grau de desigualdade de oportunidades.

A tabela 6 também apresenta o grau de desigualdade de oportunidades associado a cada uma das 14 dimensões investigadas. Também comparamos a velocidade de progresso com o que seria necessário para reduzir a 1/2 e a 1/3 o grau de desigualdade em 25 anos.

Os resultados obtidos claramente indicam que em 11 (79%) das dimensões analisadas ocorreram reduções no grau de desigualdade de oportunidades. Em apenas três (21%), que são exatamente aquelas em que não houve progresso ou ele foi muito limitado (maternidade, nupcialidade precoce, inserção dos jovens no mercado de trabalho), não foram observadas reduções significativas no grau de desigualdade de oportunidades.

Vale notar que em oito (63%) das dimensões, as reduções no grau de desigualdade foram extremamente aceleradas: acesso à informação, à educação, progressão e conclusão do fundamental, além de trabalho e mortalidade precoces. A redução no grau de desigualdade foi acelerada, mas não tanto, em: acesso à água e a saneamento e em conclusão do ensino médio.

Em conjunto, esses resultados revelam que o progresso social brasileiro desde 2001 não se limita à distribuição da renda. Na verdade, melhorias igualmente contínuas, aceleradas e equalizantes marcam um amplo leque de oportunidades, que, inclusive, estão em prática há um número bem maior de anos. Enquanto a queda sustentada na desigualdade de renda teve início em 2001 e na pobreza, em 2003, a expansão das oportunidades com redução na desigualdade começou sua trajetória há 15 anos atrás.

3 – Condições de vida: qualidade dos domicílios e acesso a bens

Além de fornecer informações detalhadas sobre a renda das famílias brasileiras, os dados da PNAD possibilitam o acompanhamento das suas condições de vida em outras dimensões. Nos últimos anos, principalmente a partir de 2003, a renda média aumentou concomitantemente à queda da desigualdade, configurando a situação de crescimento pró-pobre. Contudo, interessa também saber o que essas mudanças implicam para a evolução das condições de vida da população em respeito à dimensão *qualidade dos domicílios*, normativamente definida segundo quatro aspectos:

i) *Acesso a saneamento básico*: o domicílio deveria contar com água de rede geral de distribuição (ao menos no lote), rede coletora ou fossa séptica para escoamento de esgoto e coleta de lixo direta ou indireta;

ii) *Características físicas adequadas*: o domicílio deveria ter as paredes e o telhado em materiais duráveis, água encanada em ao menos um cômodo (independentemente de ser de rede geral de distribuição), densidade de até três moradores por dormitório e banheiro de uso exclusivo;

iii) *Ocupação adequada*: o domicílio deveria ser próprio já quitado, próprio financiado com prestação de valor inferior ou igual a um terço da renda domiciliar, ou alugado por valor inferior ou igual a um terço da renda domiciliar;

iv) *Acesso a bens de consumo duráveis*: o domicílio deveria contar com ao menos um de três conjuntos de bens duráveis - o *básico*, que compreende fogão e geladeira de qualquer tipo, o *intermediário*, que agrega TV (qualquer tipo), rádio e telefone ao conjunto básico, e o *completo*, que inclui máquina de lavar e TV em cores.

A Tabela 1 apresenta a porcentagem da população residindo em domicílios que atendem às condições estipuladas para cada aspecto de qualidade e as diferenças entre os anos

1998-2003 e 2003-2008[3]. Os resultados da PNAD 2008 demonstram a expansão da parcela da população residente em domicílios de boa qualidade, aqueles que contam simultaneamente com saneamento básico, características físicas e de ocupação adequadas, e com quaisquer dos três conjuntos de bens de consumo duráveis. A porcentagem da população residente em domicílios de boa qualidade com ao menos o conjunto básico de bens de consumo duráveis passou de 44,6% para 56,5% no período 1998-2008.

Todavia, existe uma discrepância considerável entre os níveis de cada aspecto da qualidade. Enquanto, em 2008, em torno de 90% da população residia em domicílios adequados quanto às características físicas e quase o mesmo tanto ocupava os domicílios em modalidades aceitáveis, apenas dois terços contavam com saneamento básico adequado. No que toca aos conjuntos de bens de consumo, grande parte da população contava com o básico e uma parcela maior passou a ter acesso ao intermediário, que cresceu mais de 40 pontos de 1998 a 2008. Porém, apenas pouco mais de um terço possuía o conjunto completo. No geral, a despeito da tendência robusta de expansão do acesso ao longo dos últimos dez anos, em 2008 somente cerca de 30% da população residia em domicílios com boa qualidade e com o conjunto completo de bens de consumo.

Tabela 1. Porcentagem da população residindo em domicílios que atendem às condições de qualidade. Brasil 1998, 2003 e 2008

Aspectos	População (%)			Diferença (%)	
	1998	2003	2008	2003-1998	2008-2003
Saneamento básico	56,4	61,4	66,0	5,0	4,7
Características físicas adequadas	78,4	84,2	88,7	5,8	4,5
Ocupação adequada	84,3	85,4	88,3	1,2	2,8
Bens de consumo:					
Conjunto Básico	80,7	86,4	92,3	5,7	5,9
Conjunto Intermediário	28,6	54,7	73,6	26,1	18,9
Conjunto Completo	18,6	28,5	37,6	9,9	9,1
Boa qualidade					
c/ Conjunto Básico	44,6	49,7	56,5	5,1	6,7
c/ Conjunto Intermediário	21,8	37,7	49,2	15,9	11,5
c/ Conjunto Completo	15,2	22,3	29,5	7,1	7,2

Fonte IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Comparando as diferenças nas porcentagens nota-se uma semelhança entre o ritmo de crescimento dos dois períodos. A categoria que destoa – com uma diferença maior do que dois pontos percentuais – é a dos bens de consumo de nível intermediário, com crescimento mais acentuado no período 1998-2003. Todavia, é inadequado avaliar o

[3] A definição dos aspectos considerou informações disponíveis em 1998, 2003 e 2008, desprezando itens incluídos após 1998, como computadores. Para viabilizar a comparação, os domicílios da área rural dos estados da região Norte, exceto Tocantins, foram excluídos da PNAD de 2008. Foram considerados apenas os domicílios particulares permanentes, nos quais residem pouco mais de 98% da população. Para 2003 foi empregada a nova projeção de população divulgada conjuntamente à PNAD de 2008.

desempenho de cada período a partir das diferenças, pois, geralmente, à medida que o nível de um indicador se eleva, o crescimento tende a diminuir. Quanto mais baixa a cobertura inicial de algo, mais fácil é expandir o acesso; depois um esforço relativamente maior é necessário para manter a expansão no mesmo ritmo. Adiante, será apresentado um indicador de desempenho que leva esse problema em consideração.

Para averiguar se as camadas mais pobres da população se beneficiaram da expansão da qualidade dos domicílios, empregou-se um indicador de concentração. Esse indicador revela a extremidade da distribuição da renda domiciliar *per capita* na qual se concentra o acesso, e é ajustado segundo a parcela da população que conta com acesso ao item[4]. O indicador ajustado de concentração varia de -100% a +100%. Se, por exemplo, 20% da população têm acesso a um item, o indicador poderá assumir os valores extremos: a) -100%, caso sejam justamente os 20% mais pobres e b) +100%, caso sejam os 20% mais ricos. Se em um determinado ano o indicador era igual a 90% e depois caiu para 80%, a interpretação é a de que, embora o acesso tenha se tornado menos concentrado nos mais ricos, o grau de concentração ainda equivale a 80% da maior concentração máxima possível, dada a parcela da população que conta com o item no ano.

Vale observar que a expansão e a concentração podem se relacionar de muitas maneiras. Caso o crescimento do acesso a um bem se dê pela incorporação dos indivíduos mais ricos que antes não o possuíam, a concentração pode ficar constante ou mesmo aumentar. Por exemplo, se o acesso passa de 20% a 30%, e de limitado aos 20% mais ricos passa a ser limitado aos 30% mais ricos, a concentração permanece constante: 100%, a máxima possível dado o nível de acesso. Por outro lado, se o nível de acesso permanecesse constante em 20%, mas fosse retirado dos mais ricos e distribuído aleatoriamente por toda a população, o indicador de concentração cairia, tendendo a zero. Ou seja, não haveria nenhuma relação entre o acesso e o nível de renda. Por fim, se o item fosse retirado dos 20% mais ricos e dado aos 20% mais pobres, a concentração passaria a -100%.

A Tabela 2 exibe o indicador ajustado de concentração para os itens da Tabela 1. A ocupação adequada e o saneamento básico são os aspectos menos concentrados, embora sigam trajetórias diferentes. O acesso ao saneamento básico – constituído de serviços públicos – foi expandido (Tabela 1) e desconcentrado do pólo mais rico. A ocupação adequada foi o único aspecto que se tornou mais concentrado entre os mais ricos – a despeito de sua expansão.

[4] Para as fórmulas de cálculo, ver: OSORIO, Rafael Guerreiro (2009). *A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília. Brasília: UnB, p.157.

Tabela 2. Indicadores ajustados de concentração dos domicílios que atendem às condições de qualidade. Brasil 1998, 2003 e 2008

Aspectos	% da concentração máxima possível			Diferença (%)	
	1998	2003	2008	2003-1998	2008-2003
Saneamento básico	55,0	45,4	40,8	-9,6	-4,6
Características físicas adequadas	64,2	59,4	56,9	-4,8	-2,6
Ocupação adequada	21,6	28,0	32,4	6,3	4,5
Bens de consumo:					
Conjunto Básico	68,3	63,0	60,8	-5,3	-2,2
Conjunto Intermediário	71,1	62,2	52,8	-8,9	-9,4
Conjunto Completo	75,6	66,1	59,7	-9,6	-6,4
Boa qualidade					
c/ Conjunto Básico	56,7	50,4	45,9	-6,3	-4,5
c/ Conjunto Intermediário	71,2	60,1	50,3	-11,1	-9,8
c/ Conjunto Completo	76,4	67,6	61,3	-8,8	-6,4

Fonte IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Quanto aos demais aspectos, a leitura combinada das Tabelas 1 e 2 revela que, embora o acesso a domicílios com características físicas adequadas e ao conjunto básico de bens de consumo sejam elevados, e tenha havido desconcentração efetiva, a concentração na extremidade mais rica da distribuição de renda permanece elevada (maior do que a concentração do saneamento adequado, que apresenta baixo nível de cobertura). Excetuando a ocupação adequada, todas as outras categorias tornaram-se menos concentradas ao longo dos últimos dez anos. Ou seja, a expansão do acesso se deu via a incorporação de indivíduos pertencentes a várias camadas da distribuição de renda, não apenas aqueles nas imediatamente abaixo das que já tinham acesso.

As diferenças revelam terem sido maiores as desconcentrações no período 1998-2003. Só a desconcentração do conjunto intermediário de bens de consumo foi marginalmente maior no segundo período. No entanto, a exemplo da expansão, as diferenças são inadequadas para avaliar o desempenho da desconcentração, pois manter o ritmo se torna progressivamente mais difícil. A situação é bem exemplificada pelo acesso ao conjunto básico de bens de consumo, cujo ritmo de desconcentração pode ter caído de forma brusca justamente por já ter atingido um nível muito elevado, exigindo a incorporação dos mais pobres entre os pobres, que por razões óbvias enfrentam maiores dificuldades para consumir. Entretanto, ressalvada a questão do desempenho, a expansão do acesso no período 1998-2008 foi acompanhada por desconcentração.

Para analisar o desempenho da expansão e da desconcentração do acesso a domicílios de qualidade, levando em conta o fato de que é progressivamente mais difícil manter o ritmo à medida que patamares mais desejáveis são atingidos, recorreu-se ao indicador de desempenho de Kakwani[5], baseado em uma transformação não-linear dos indicadores observados. O indicador de desempenho exige a definição de um parâmetro que representa

[5] Para as fórmulas de cálculo, ver: KAKWANI, Nanak (1993). "Performance in Living Standards: an International Comparison". *Journal of Development Economics*, v. 41, n. 2, pp. 307-336.

o grau de apreciação do esforço necessário para melhorar algo que já é bom. Valores próximos de zero expressam baixa apreciação do esforço, e valores próximos de um o contrário. Com valores próximos a zero, o que conta é a diferença absoluta: considera-se, por exemplo, que o desempenho de uma sociedade que aumentou a cobertura de um serviço qualquer de 10% para 15% da população é semelhante ao de outra na qual a mesma cobertura passou de 90% a 95%; com valores próximos a um, o desempenho da última é considerado muito superior. Aqui se convencionou adotar três parâmetros distintos de apreciação do esforço: 0,1, 0,5 e 1, respectivamente baixa, média e alta apreciação. Com baixa apreciação, a avaliação do desempenho pressupõe que o esforço adicional exigido para continuar aumentando o acesso não é grande; com alta apreciação, postula-se ser significativamente mais difícil manter a expansão conforme o acesso se generaliza, ou o ritmo da desconcentração quando a concentração se reduz.

Os indicadores de desempenho da expansão do acesso (Tabela 1) são apresentados na Tabela 3 para os dois períodos, 1998-2003 e 2003-2008, e os três parâmetros de apreciação do esforço. Para certo grau de apreciação, o período de maior desempenho é aquele que apresenta o maior valor.

O aspecto características físicas adequadas ilustra bem o funcionamento do indicador de desempenho. No primeiro período, o indicador avançou 5,8 pontos percentuais, partindo de 78,4%; e no segundo 4,5 pontos, partindo de 84,2%. Para a baixa e para a média apreciação do esforço, o desempenho é superior no primeiro período; para a alta apreciação, o melhor desempenho é o do segundo período. A dinâmica, resguardadas as diferentes intensidades, é a mesma para os seguintes aspectos: saneamento básico, o conjunto intermediário e o completo de bens de consumo. Ou seja, apenas com alta apreciação do esforço o desempenho em cada um desses quatro aspectos pode ser considerado superior no período 2003-2008.

Nos casos da ocupação adequada e do acesso ao conjunto básico de bens de consumo, o aumento em pontos percentuais foi maior no segundo período e, portanto, o desempenho é maior neste, crescendo em relação a 1998-2003 junto com o grau de apreciação do esforço. O desempenho na expansão da parcela da população residindo em domicílios de boa qualidade com o conjunto básico ou o completo de bens de consumo, pelas mesmas razões, também é sempre maior no segundo período. A exceção fica por conta do domicílio de boa qualidade com o conjunto intermediário de bens, cujo desempenho é melhor no primeiro período, mesmo para o alto grau de apreciação de esforço.

Tabela 3. Indicadores de desempenho da expansão do acesso, por graus de apreciação do esforço. Brasil 1998, 2003 e 2008

Aspectos	0,1		0,5		1	
	98-2003	2003-08	98-2003	2003-08	98-2003	2003-08
Saneamento básico	0,0098	0,0093	0,0078	0,0077	0,0053	0,0056
Características físicas adequadas	0,0124	0,0098	0,0135	0,0122	0,0136	0,0144
Ocupação adequada	0,0026	0,0063	0,0031	0,0078	0,0034	0,0094
Bens de consumo:						
Conjunto Básico	0,0123	0,0133	0,0141	0,0182	0,0152	0,0246
Conjunto Intermediário	0,0497	0,0377	0,0344	0,0318	0,0198	0,0234
Conjunto Completo	0,0183	0,0171	0,0113	0,0112	0,0056	0,0059
Boa qualidade						
c/ Conjunto Básico	0,0098	0,0130	0,0071	0,0098	0,0042	0,0062
c/ Conjunto Intermediário	0,0297	0,0219	0,0190	0,0153	0,0099	0,0089
c/ Conjunto Completo	0,0131	0,0133	0,0079	0,0083	0,0038	0,0042

Fonte IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Embora para a maior parte dos aspectos analisados o desempenho seja maior no segundo período, as diferenças entre os períodos são quase nulas. Na Tabela 4, ao lado dos valores observados, são apresentados os valores contrafatuais esperados em 2008, caso o desempenho no período 2003-2008 tivesse sido idêntico ao do período anterior, para os três graus de apreciação do esforço. Nota-se que as diferenças entre os porcentuais observados e os esperados são pequenas em todas as simulações, refletindo a proximidade dos indicadores de desempenho.

O comportamento dos indicadores contrafatuais segue o dos indicadores de desempenho. Assim, para o aspecto características físicas adequadas, se o desempenho de 2003 a 2008 tivesse sido igual ao de 1998 a 2003, para baixa apreciação de esforço, o valor final do indicador seria 89,8%, ligeiramente maior que o observado em 2008; porém, para alta apreciação o desempenho é maior no segundo período, e a aplicação do desempenho do período anterior resultaria em uma porcentagem ligeiramente menor do que a observada.

Tabela 4. Acesso: valores observados e valores esperados, caso a expansão de 2003 a 2008 tivesse o desempenho observado de 1998 a 2003. Brasil 2008

Aspectos	Valores observados em 2008 (%)	Valores esperados para cada grau de esforço (%)		
		0,1	0,5	1
Saneamento básico	66,0	66,3	66,1	65,8
Características físicas adequadas	88,7	89,8	89,1	88,5
Ocupação adequada	88,3	86,6	86,6	86,5
Bens de consumo:				
Conjunto Básico	92,3	91,8	91,1	90,4
Conjunto Intermediário	73,6	79,3	74,9	71,3
Conjunto Completo	37,6	38,3	37,8	37,2
Boa qualidade				
c/ Conjunto Básico	56,5	54,8	54,6	54,4
c/ Conjunto Intermediário	49,2	53,2	51,8	50,4
c/ Conjunto Completo	29,5	29,3	29,1	28,8

Fonte IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Tabela 5. Indicadores de desempenho da desconcentração do acesso, por graus de apreciação do esforço. Brasil 1998, 2003 e 2008

Aspectos	0,1		0,5		1	
	98-2003	2003-08	98-2003	2003-08	98-2003	2003-08
Saneamento básico	0,0185	0,0090	0,0135	0,0070	0,0083	0,0046
Características físicas adequadas	0,0090	0,0049	0,0061	0,0034	0,0034	0,0019
Ocupação adequada	-0,0131	-0,0091	-0,0128	-0,0081	-0,0112	-0,0064
Bens de consumo:						
Conjunto Básico	0,0100	0,0042	0,0066	0,0028	0,0035	0,0016
Conjunto Intermediário	0,0166	0,0179	0,0109	0,0124	0,0058	0,0071
Conjunto Completo	0,0178	0,0120	0,0114	0,0081	0,0059	0,0044
Boa qualidade						
c/ Conjunto Básico	0,0121	0,0087	0,0086	0,0065	0,0051	0,0041
c/ Conjunto Intermediário	0,0208	0,0186	0,0137	0,0131	0,0074	0,0077
c/ Conjunto Completo	0,0164	0,0120	0,0104	0,0079	0,0053	0,0043

Fonte IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Os indicadores de desempenho calculados para os indicadores de concentração[6] (Tabela 2) estão na Tabela 5. O desempenho em desconcentrar o acesso do pólo mais rico da distribuição foi em regra pior no período 2003-2008 do que no período anterior, independentemente do grau de apreciação do esforço necessário para promover desconcentrações adicionais quando o nível de concentração diminui. Há apenas duas exceções. A primeira é a da ocupação adequada, cuja concentração aumentou ao longo de todo período 1998-2008, porém, o ritmo da concentração foi menos intenso no segundo período. A segunda é a desconcentração do acesso ao conjunto intermediário de bens, cujo valor absoluto e desempenho foram maiores no segundo período.

Tabela 6. Concentração: valores observados e valores esperados, caso a desconcentração de 2003 a 2008 tivesse o desempenho observado de 1998 a 2003. Brasil, 2008

Aspectos	Valores observados em 2008 (%)	Valores esperados para cada grau de esforço (%)		
		0,1	0,5	1
Saneamento básico	40,8	36,0	36,8	37,5
Características físicas adequadas	56,9	54,7	54,9	55,0
Ocupação adequada	32,4	34,5	35,1	36,2
Bens de consumo:				
Conjunto Básico	60,8	57,7	57,9	58,1
Conjunto Intermediário	52,8	53,5	53,9	54,4
Conjunto Completo	59,7	56,6	57,1	57,7
Boa qualidade				
c/ Conjunto Básico	45,9	44,1	44,4	44,8
c/ Conjunto Intermediário	50,3	49,2	49,9	50,7
c/ Conjunto Completo	61,3	58,9	59,3	59,8

Fonte IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Na Tabela 6, análoga à Tabela 4, são apresentados os valores esperados da concentração na situação contrafatual de repetição do desempenho do período 1998-2003 na desconcentração do período 2003-2008. Embora a magnitude das diferenças dos valores observados e os esperados para os indicadores de concentração seja, de forma geral, pouco maior do que a observada para os indicadores de expansão, ainda assim as diferenças são pequenas. A maior diferença ocorreria no acesso a saneamento para baixo grau de apreciação do esforço: se o desempenho tivesse sido o mesmo do período anterior, a concentração seria de 36% da máxima possível, em vez dos 40,8% observados.

[6] O indicador de concentração é "negativo": quanto maior seu módulo, pior; quanto mais próximo de zero, melhor. Para facilitar a interpretação, calculou-se o desempenho depois de subtrair o valor observado de 100, transformando-o em um indicador "positivo" de concentração. Devido a isso, na Tabela 5, o desempenho é positivo quando há desconcentração, e negativo quando aumenta a concentração.

Considerações finais

Nesta nota, o acesso da população a domicílios de boa qualidade foi analisado segundo dois aspectos: expansão e desconcentração. O primeiro diz respeito ao aumento da parcela da população que tem acesso. O segundo diz respeito ao quanto diminui a concentração do acesso nas camadas relativamente mais ricas da população.

Os dados da PNAD 2008 revelam a expansão continuada do acesso aos itens que caracterizam a qualidade dos domicílios, sendo que o desempenho no período 2003-2008 foi muito parecido com o do período 1998-2003, mesmo quando valorizamos o esforço adicional exigido para elevar indicadores que já estão em níveis altos.

A expansão do acesso foi acompanhada por desconcentração, isto é, o acesso se tornou mais bem distribuído, menos concentrado nos segmentos relativamente mais ricos. O aspecto ocupação adequada é a única exceção. Neste caso, a expansão foi acompanhada de concentração. A comparação do desempenho entre 1998-2003 e 2003-2008 também mostra semelhança entre os dois períodos, embora com pequenas vantagens para o primeiro – mesmo ao se levar em conta o esforço extra necessário para desconcentrações adicionais.

Dos aspectos definidores da qualidade das moradias, o saneamento básico – água, escoadouro de esgoto e coleta de lixo – é o que tem relação menos direta com o nível de renda domiciliar, por ser majoritariamente dependente de serviços públicos. Apesar da baixa cobertura – dois terços da população –, é o segundo aspecto menos concentrado. Sua expansão foi cerca de 10 pontos entre 1998 e 2008. Caso o desempenho do período 2003-2008 seja mantido[7], pode-se especular que somente em 2055 o percentual da população com acesso a saneamento básico ultrapassaria a barreira dos 95%. É fundamental para a melhoria das condições de vida uma maior ênfase nas políticas de saneamento e o estabelecimento de metas mais ambiciosas para essas, pois este é o aspecto que mais compromete a elevação da parcela da população residindo em domicílios de boa qualidade.

Alguns itens, como a ocupação adequada, as características físicas adequadas e o conjunto básico de bens de consumo duráveis, já atingiam grandes parcelas da população e continuaram se expandindo nos últimos 10 anos.

No entanto, a ocupação adequada foi o único aspecto que se tornou mais concentrado nas camadas mais ricas da população. Isso quer dizer que a parcela da população residindo em domicílios próprios quitados, ou comprometendo menos de um terço da renda domiciliar com prestação da casa própria ou com o aluguel foi engordada por pessoas no topo da distribuição de renda. Tal fato salienta a necessidade da expansão do crédito para a compra de imóveis para os segmentos médios da distribuição de renda, de programas de habitação popular para os mais pobres, e de crédito para a compra de materiais de construção (o que pode ter também efeitos positivos sobre a adequação das características físicas das moradias).

O acesso ao conjunto intermediário de bens de consumo foi o que mais se expandiu e desconcentrou ao longo do período. Caso o ritmo de expansão se mantenha, pode-se considerar que, em cerca de uma década, ao menos 95% da população contará com fogão, geladeira, rádio, TV, e telefone. Programas sociais que garantam um nível mínimo de renda para os mais pobres, como o Bolsa Família, associados a reduções nas taxas de juros

[7] Para um parâmetro de esforço intermediário (0,5), adotado para todas as projeções desta seção.

finais para os consumidores, podem colaborar propiciando estabilidade e segurança para que as famílias assumam financiamentos dos itens faltantes nos inventários domésticos.

Já o conjunto completo de bens de consumo duráveis ainda atinge um público restrito – menos de 40% da população – e apresenta níveis altos de concentração, a despeito dos avanços verificados na última década. A principal diferença desse conjunto para o intermediário é a máquina de lavar roupa, uma vez que é pequeno o número de domicílios só com TV em preto e branco. Pode parecer esdrúxulo sugerir políticas específicas de financiamento ou incentivo ao consumo de máquinas de lavar, hoje um item de luxo. Porém, não se deve esquecer que no Brasil ainda predomina uma marcada divisão sexual do trabalho. É sobre as mulheres de baixa renda que geralmente recai a responsabilidade de cuidar das roupas do grupo doméstico, mesmo quando trabalham fora. Portanto, a máquina pode contribuir para aliviar sua carga de trabalho semanal.

Em 2008, considerando simultaneamente todos os aspectos de qualidade das moradias, pouco mais do que a metade da população vivia em domicílios de boa qualidade (saneamento, ocupação e características físicas adequadas) com o conjunto básico de bens; metade contava também com os itens adicionais do conjunto intermediário; e por volta de 30% tinha o conjunto completo.

A expansão do acesso no período 2003-2008 foi maior do que no período 1998-2003 no caso dos domicílios de boa qualidade com o conjunto básico; menor no caso dos de boa qualidade com o conjunto intermediário; e quase idêntica para os com conjunto completo. Porém, como revelado tanto pelos indicadores de desempenho na expansão, quanto pelas simulações contrafatuais do valor que teriam os indicadores de qualidade se o desempenho no segundo período fosse igual ao do primeiro, as diferenças no ritmo da expansão em cada um dos períodos são desprezíveis. Em outras palavras, a expansão do acesso a moradias de qualidade no período 2003-2008 se deu praticamente no mesmo ritmo do período anterior.

O mesmo pode ser dito da desconcentração do acesso a domicílios de boa qualidade. Embora os indicadores de concentração tenham diminuído mais no período 1998-2003, as diferenças também são pequenas. Os valores contrafatuais esperados em 2008, caso o desempenho do período 1998-2003 fosse mantido, são similares aos valores efetivamente observados em 2008.

A semelhança de desempenho entre os dois períodos analisados pode parecer surpreendente, principalmente no que toca aos conjuntos de bens de consumo duráveis, pois os últimos cinco anos foram marcados pelo crescimento pró-pobre, que teria como uma de suas características principais o aumento do consumo dos mais pobres. Todavia, o fato de não haver evidências inequívocas de que o desempenho no último período tenha sido diferente do anterior não quer dizer que a expansão do consumo seja uma ilusão.

Com efeito, dois processos não captados pelos dados podem estar em curso. A análise foi feita com base no escopo restrito de bens investigados pela PNAD em 1998, 2003 e 2008. Parte do consumo pode ser de computadores, tocadores de DVD, torradeiras, aspiradores de pó e outros itens não captados. Quanto a isso, considera-se que os bens abordados são mais importantes, que todas as famílias gostariam de possuir, mas nem sempre podem por causa de suas restrições orçamentárias. Os resultados apresentados são relevantes justamente porque mostram que, apesar da expansão ocorrida, ainda há um enorme espaço para crescimento, mesmo para esses itens.

O segundo processo relaciona-se à possibilidade de que parte do aumento do consumo tenha se dado não pela compra de bens por famílias que não os tinham, mas sim pela

substituição de bens existentes. Esse tipo de processo não expande o acesso e nem o desconcentra, mas não deixa de ser positivo. No caso dos bens de consumo, por exemplo, famílias podem ter substituído eletrodomésticos antigos por outros mais novos, mais seguros, mais eficientes no consumo de energia e com menores custos de manutenção. Mas esse processo não é captado pela PNAD e não tem importância para o aumento e a desconcentração do acesso a domicílios de qualidade. Para isso, o que conta é a inclusão no mundo do consumo de parcelas cada vez maiores da população.

Em suma, as diferenças de desempenho entre os dois períodos, 1998-2003 e 2003-2008, não são substantivas. Embora a tendência de expansão e desconcentração do acesso aparente ser sustentável, o acesso dos brasileiros a moradias de boa qualidade ainda está longe de níveis desejáveis e ainda é muito concentrado nas camadas mais ricas.